

Procurador já quer sequestrar bens

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem que os parlamentares envolvidos nas falcatruas do Orçamento terão seus bens sequestrados



pela Justiça antes mesmo de concluir o trabalho da CPI. Ele ressaltou que a Procuradoria não precisa esperar o fim das investigações para agir. Para apressar o processo judicial nos casos em que o inquérito do Congresso já reuniu provas de enriquecimento ilícito, o procurador esteve ontem com a cúpula da CPI.

"Vim para tentar uma agilidade maior na obtenção de dados pelo Ministério Público, que deve entrar imediatamente em juízo contra os envolvidos, parlamentares ou não, a partir do momento em que haja elementos de convicção", explicou Aristides Junqueira.

O encontro de Aristides com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e o relator Roberto Magalhães (PFL-PE), já produziu resultados concretos. Decidiu-se que os três procuradores que acompanham os trabalhos da comissão, como observadores, passarão a assessorar os parlamentares nas questões jurídicas que forem surgindo. Além disso, o deputado Roberto Magalhães anunciou uma apro-

CARLOS MOURA



Junqueira volta ao Congresso: sem esperar o fim da CPI para pedir o sequestro dos bens dos envolvidos

ximação maior entre todos os órgãos e poderes que participam das investigações — Banco Central, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Ministério Público e Congresso — para que "desde logo se possa tentar uma medida cautelar", como, por exemplo, o sequestro de bens.

Ação já — Aristides Junqueira disse que o Ministério Público não precisa aguardar o encerramento da CPI para agir. Acredita que poderá propor em breve

ações perante o juiz de primeira instância. Bastará garantir o acesso da Justiça às provas que a CPI for colhendo, incluindo cópias de documentos, e até utilizando os técnicos que trabalham para a CPI.

O procurador cita a Lei nº 8.429, que trata de enriquecimento ilícito, para garantir o suporte legal ao sequestro como medida preparatória. Com as provas nas mãos, ele diz que pode sequestrar bens, antes mesmo da

ação em que vai pedir a suspensão dos direitos políticos dos implicados e o resarcimento dos danos. Ao final, admitiu que tem pressa justamente porque uma das penas previstas é a da suspensão dos direitos políticos, que poderá impedir os anões do Orçamento de tentar a reeleição no ano que vem. "Esta é uma sanção que me parece salutar para todos os agentes públicos que cometem atos de improbidade administrativa e enriquecem ilicitamente", analisou Aristides Junqueira.